



**TERMO DE REFERÊNCIA- PEDIDO nº 002/2021**

1. **OBJETO**

1.1- Aquisição de 3.000 cestas básicas para distribuição gratuita

2. **JUSTIFICATIVA**

Aquisição de 3.000 cestas básicas para distribuição gratuita através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos em seus equipamentos públicos CRAS e CREAS composta por: 5 kg de arroz, 2 kg de feijão preto, 2 kg de açúcar, 500g de pó de café, 900 ml de óleo de soja, 340g de extrato de tomate, 1 kg de farinha de mandioca, 1 kg de farinha de trigo sem fermento, 1 kg de fubá, 500g de macarrão tipo espaguete, 1 kg de sal, 1 lata de salsicha 280g, 1 pacote de papel higiênico c/ 4 rolos, 2 sabonetes p/ higiene pessoal 90g cada, 1 tubo de creme dental 50g, 500ml de guaraná natural concentrado.

A Assistência Social como Política Pública é organizada nos municípios levando em consideração a adoção de um conjunto de medidas que possibilitem afiançar direitos previstos em lei. Assim, visa o **enfrentamento da pobreza**, a **proteção a família** restabelecendo vínculos familiares, a **garantia dos mínimos sociais** e corrobora com o que preconiza a Constituição Federal de 1988 nas garantias de direitos individuais e coletivos. Também responsabiliza o Estado no sentido de **garantir o atendimento ao cidadão**.

Logo, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação, responsável por ofertar no município de São Pedro da Aldeia/RJ o atendimento de Proteção Social Básica e Especial, segundo a LOAS (Lei nº 8.742 de 07/12/093), vem solicitar a **aquisição de Cestas Básicas**, produto este que diz respeito aos benefícios eventuais de caráter suplementar e provisório e que devem ser destinados as famílias e /ou cidadãos em vulnerabilidade social advindas da pobreza extrema ou miséria absoluta. A concessão das mesmas será em **caráter emergencial** para quem tem fome, e por qualquer adversidade não pode buscar seu sustento, e nem de sua família, pois muitas são as variáveis que levam esses aldeenses a indigência ou estado de mendicância.

Os **Benefícios Eventuais** são assegurados pelo art.22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), alterada pela Lei nº12. 435, de 6 de julho de 2011.E juntamente com a prestação dos Serviços Socioassistenciais ofertados pelos CRAS e CREAS, integram as garantias orgânicas do SUAS com fundamentação nos princípios de Cidadania e Direitos Sociais e Humanos.

Tem-se também demanda por provisão de alimentos em **casos advindos de determinação judicial** e essa Secretaria pode incorrer nas penas da Lei por omissão de atendimento aos mínimos sociais. Para isso, torna-se imprescindível a aquisição de alguns gêneros alimentícios para atendimento emergencial afiançando a segurança alimentar, condição *sine qua non* a sobrevivência humana.

Acredita-se que a adoção de tal medida minimizará os problemas ora apresentados e irá compor a oferta obrigatória dos serviços cabíveis a pasta em tela.

3. **TÉCNICAS QUANTITATIVAS:**

3.1- Os quantitativos solicitados tem por base a memória de cálculo da demanda utilizada no exercício anterior, considerando principalmente, o planejamento das ações a serem executadas em 2021, levando em consideração a imprevisibilidade, já que o objeto solicitado atende às demandas oriundas pelos motivos já expostos acima.

3.2- Os equipamentos públicos desta secretaria que se utilizarão da referida aquisição em suas ações/atendimentos são:

3.3-

EQUIPAMENTO	ENDEREÇO
CREAS	Av. Getúlio Vargas, s/nº - Centro – em frente a Capela Mortuária Municipal
CRAS Alecrim	Rua Alfazema nº 5 –Bairro Alecrim
CRAS Balneário das conchas	Rua Nicanor Pereira dos Santos s/nº - Bairro Balneário das Conchas
CRAS Morro do Milagre	Rua Iracy dos Santos nº 7 –Bairro Morro do Milagre
CRAS São João	Rua São Jorge nº 465 – Casas 1 e 2 - Bairro São João
CRAS Porto da Aldeia	Av. Saputiaba nº 51 – Bairro Porto da Aldeia
CRAS Rua do Fogo	Rua Projetada C Lote 11 Qd. D. Lot. Flamboyant – Bairro Rua do Fogo

#### 4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTOS

- 4.1- O fornecimento deverá ser efetuado com prazo de entrega não superior a 15 (quinze dias), contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 4.2- Com entregas a serem acordadas entre a contratada e a contratante, na sede da secretaria ou “*in loco*”, de forma parcelada, quando assim determinado e previamente avisado, de acordo com a demanda dos equipamentos acima mencionados.
- 4.3- Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo de validade (mínimo de 02 meses), correndo por conta da empresa vencedora, toda despesa necessária à satisfação do fornecimentos dos produtos.
- 4.4- As cestas deverão ser montadas com todos os itens constantes do pedido inicial, devidamente acondicionadas em embalagem plástica transparente, atóxica, adequada e reforçada.
- 4.5- Os itens que compõem a cesta básica deverão ser julgados em lotes; esses lotes deverão conter TODOS os itens solicitados no pedido inicial, de forma que nenhum deles fique sem cotação.

#### 5. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO:

- 5.1- Os produtos serão armazenados no Almoxarifado da sede da SASDH, situado na Rua Hermógenes Freire da Costa, nº 19 – Centro – São Pedro da Aldeia/RJ, de segunda a sexta-feira de 08:30hs até 17:00hs.

#### 6. PRAZO: A presente contratação será de 7 (sete meses).

#### 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A contratada obriga-se:

- 7.1- Efetuar a troca dos produtos que não se encontrarem em perfeitas condições, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo procedência e prazo de garantia;
- 7.2- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

7.3- O dever previsto no subitem 4.2 implica na obrigação de, a critério da SASDH, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com baixa qualidade e data de validade vencida;

7.4- Atender prontamente a quaisquer exigências da SASDH, inerentes ao objeto da presente licitação.

7.5- Comunicar à SASDH no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7- Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.8- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: A contratante obriga-se a:

8.1- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.2- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados;

8.3- Efetuar o pagamento no prazo previsto;

8.4- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO: A fiscalização da contratação será exercida por um representante da SASDH, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e tudo dará ciência à SASDH.

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO:

5.1- O custo estimado global da presente aquisição será o consolidado na cotação.

6. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1- A presente despesa correrá a conta do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

- 3390329900 – OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA – Programa de Trabalho 08.244.053.2.157 – Ficha 841- Programa de Âmbito Estadual
- 3390329900 – OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, Programa de Trabalho 08.244.050.2.166, Ficha 877 - Fonte de Recursos PRÓPRIOS.

7. CONDICIONALIDADES, LEGISLAÇÃO, NORMAS

7.1- Condições para o cofinanciamento

- **Conselhos de Assistência Social**, Conselho Municipal de Assistência Social em funcionamento;
- **Plano de Assistência Social**, que tenham metas de ação estabelecidas aprovado pelo respectivo CMAS;

- **Fundo Municipal de Assistência Social**, em funcionamento cuja proposta orçamentária deverá constar dos Programas Anuais e Plurianuais do governo e aprovado pelo respectivo Conselho de Assistência Social (Lei 8.742/93, Art. 16);
- **Comprovação orçamentária dos recursos próprios**, destinados à Assistência Social, alocados no respectivo fundo (Lei nº 9.720, de 30 de março de 1998) e
- **Plano de Ação**, instrumento anual de planejamento das ações socioassistenciais a serem desenvolvidas com os recursos oriundos do cofinanciamento federal e estadual para o SUAS, mediante repasses financeiros para os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS)

A única exceção em que poderá haver transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas no Plano de Ação anual é a ocorrência de situações emergenciais ou de calamidade pública que exijam a atuação do órgão gestor da política de assistência social. Neste caso, o financiamento dessas ações deve ser comprovado nos processos de prestação de contas.

## 7.2- Gerais

- **Lei nº 4.320/1964** - Normas do Direito Financeiro;
- **Constituição Federal/1988**: Estabelece a Assistência Social como direito e Política Social;
- **Decreto 5.085/2004**: Dispõe sobre as ações continuadas da Política de Assistência Social;
- **Lei nº 8.666/1993** - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- **Lei nº 8.742/1993 LOAS**, alterada pela Lei nº 12.435/2011 - Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e prevê o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais;
- **Resolução CNAS nº 269/2006** – Aprova a NOB-RH/SUAS;
- **Resolução CNAS nº 109 /2009** - Estabelece a “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”, onde estão enumerados os serviços tipificados e, a partir destes, a classificação dos recursos materiais, físicos e humanos necessários;
- **Lei 12.101/2009** CEBAS (Certificado de Entidades Benéficas da Assistência Social);
- **Lei 12.470/ 2011** que altera a LOAS no que se refere à relação do BPC com a situação de trabalho;
- **NOBSUAS/2005 E 2012** – Dispõe sobre o modelo de organização, gestão, financiamento e controle social do SUAS;
- **Resolução nº 21 de 05/12/2013** – Comissão Intergestores Tripartite;
- **Nota Técnica SGS/SSASDG Nº 01/2013**: Esclarecimentos sobre a gestão financeira do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – ATUALIZADA EM 09/07/2014;
- **MDS**, Relatório do Pacto de Aprimoramento do SUAS, Brasília 2014;
- **Orientações técnicas** sobre Benefícios Eventuais no Sistema Único da Assistência Social – SUAS, com base na Resolução CNAS nº 212/2006 e no Decreto nº [6.307/2007](#) e Decreto de alteração **8805/2016**;
- **MDS**, II Plano Decenal ( 2016-2026) Brasília, 2016;
- **Portaria nº2.601, de 06/11/2018** – Utilização de recursos fundo a fundo
- **Os Cadernos de Orientações** (CRAS, CREAS, CENTRO POP, IGDSUAS, etc.).
- **Lei Municipal nº 04/2006** – Plano Diretor de Cabo Frio;
- **Lei Municipal 250/2013** – SIMAS (Sistema Municipal de Assistência Social, Cabo Frio 2013;
- **Lei Municipal 2.503/2013** – Lei Benefícios Eventuais, Cabo Frio, 2013;
- **Decreto Municipal 5613/2017** – Reforma Administrativa de Cabo Frio;
- **Decreto Municipal Nº 5.910** de 29 de outubro de 2018.
- **Decreto Municipal Nº 5.925** de 11 de dezembro de 2018.

## 7.3- Cofinanciamento Estadual

- **Decreto Nº 42.725/2010** – Dispõe acerca das transferências de recursos do FEAS para FMAS.

- **RESOLUÇÃO SEASDH Nº 340/2011**, dispõe sobre a transferência de recursos pelo modelo “fundo a fundo”;
- **Resolução SEASDH Nº424/2012** – Dispõe a aplicação dos recursos do cofinanciamento estadual para os Fundos Municipais de Assistência Social;
- **Instrução Normativa 11/2011** - Dispõe sobre a prestação de contas do cofinanciamento estadual fundo a fundo para o SUAS.

#### 7.4- **Cofinanciamento Federal**

- **PNAS/2004** – Política Nacional de Assistência Social: define o financiamento federal por “pisos” e critérios de partilha de recursos pautados em diagnósticos de demandas sociais;
- **Portarias MDS nº. 440 e 442/2005** – Define os pisos de Proteção Social Especial e Básica, respectivamente;
- **Resolução CNAS nº32/2011** – Estabelece percentual dos recursos do SUAS para pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência;
- **Decreto 7.788/2012** – Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social; Resolução CIT nº 3, de 1º de março de 2012 que dispõe sobre a Expansão Qualificada e o Reordenamento de Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial;
- **Resolução CNAS nº 06/2012** - Aprova os critérios para expansão qualificada 2012 do cofinanciamento federal e o reordenamento dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial;
- **Resolução CNAS nº 13/2012** - Estabelece os requisitos e critérios de partilha do cofinanciamento federal para apoio às ações de articulação, mobilização, encaminhamento, monitoramento, bem como estratégias para a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho para municípios e Distrito Federal para o exercício de 2012, conforme o disposto na Resolução CNAS nº 33/2011.

#### 7.5- **Consultas:**

- <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index>
- <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/financiamento/perguntasfrequente>
- <http://mds.gov.br/>
- <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>
- <http://www.rj.gov.br/web/seasdh>

*Cabe ressaltar que **as ações socioassistenciais têm caráter sistemático**, pois visam ao atendimento periódico e sucessivo (PNAS/2004; Decreto Federal nº 5.085/2004; Decreto Estadual nº 42.372/2010). Portanto, essas ações **não podem sofrer qualquer tipo de interrupção, seja de financiamento ou de oferta**.*

São Pedro da Aldeia, 27 de maio de 2021.

RESPONSÁVEL PELO PEDIDO

Aprovo em, 27 de maio de 2021

**Diana Alves Leonardo**  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
E DIREITOS HUMANOS

